



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência destina-se a Contratação de empresa especializada em prestação do serviço de engenharia para elaboração de Plano de **Manutenção denominado PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle)** e Serviço de monitoramento técnico de análise da qualidade do ar (**QAI**) para sistemas de climatização artificial, também a prestação de serviços de **Manutenção (Preventiva e Corretiva), instalação e desinstalação**, incluindo mão de obra, em equipamentos de climatização (ar-condicionado e ventilador), como também **manutenção (Corretiva) em equipamentos de refrigeração (freezers, geladeira, bebedouro e câmara fria), e fornecimento de peças**, suprimentos e componentes originais e compatíveis, visando atender as necessidades de todos os prédios/instalações da Prefeitura Municipal e suas secretarias pertencentes ao Município de Petrolândia/PE, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital e seus anexos.

1.2. O objeto compreende, obrigatoriamente, a elaboração e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), em estrita observância à Lei Federal nº 13.589/2018 e à ABNT, NBR-17.037/2023.

1.3. Os serviços serão executados nas unidades das secretarias municipais e demais dependências da Prefeitura Municipal, conforme detalhamento abaixo:

1.3.1. Categorias de Equipamentos Abrangidos:

- a) Climatização: Aparelhos de ar-condicionado (Split Hi Wall), ventiladores e sistemas de exaustão;
- b) Refrigeração: Freezers (horizontais e verticais), geladeiras, bebedouros e câmaras frias;

1.4. O fornecimento de peças deverá observar o critério de peças originais ou, na impossibilidade técnica devidamente comprovada, peças de desempenho e qualidade compatíveis, desde que autorizadas pela fiscalização.

1.5. O regime de execução será o de **Empreitada por Preço Global**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade imperiosa de garantir condições adequadas de higiene, conforto térmico e operacionalidade das unidades pertencentes à Prefeitura Municipal de Petrolândia/PE e demais Secretarias. A ausência de manutenção regular nos equipamentos de climatização e refrigeração compromete não apenas o bem-estar de servidores e usuários, mas também a integridade de insumos críticos, como alimentos perecíveis, vacinas e medicamentos, que exigem rigoroso controle de temperatura

2.2. Justifica-se a abertura de processo licitatório para futura e eventual contratação de empresa especializada para serviço de engenharia para elaboração de plano de manutenção denominado PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle) e serviço de monitoramento técnico de análise da qualidade do ar (QAI) para sistemas de climatização artificial, também a prestação de serviços de manutenções em equipamentos de climatização, refrigeração e fornecimento de peças, suprimentos e componentes, visando atender as necessidades de todos os prédios/instalações da administração.

2.3. A ausência de manutenção regular dos equipamentos do objeto deste Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) caracteriza descumprimento das obrigações legais e sanitárias vigentes, podendo resultar em grave risco à saúde pública, especialmente em ambientes hospitalares que atendem pacientes de urgência e emergência. O não atendimento a este objeto compromete diretamente a continuidade, a segurança e a eficiência dos serviços de saúde, configurando infração sanitária, nos termos da legislação aplicável, sujeita às penalidades previstas pelos órgãos de vigilância sanitária competentes. Ressalta-se que tais equipamentos são de uso contínuo e essencial, sendo inviável a mensuração precisa do consumo mensal, motivo pelo qual o quantitativo foi definido com base no levantamento de demanda previamente realizado.

2.4. A manutenção preventiva, objeto deste Termo e integrante do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), é comprovadamente mais eficiente e economicamente vantajosa quando comparada à manutenção corretiva não programada, uma vez que reduz falhas operacionais, evita paralisações abruptas e prolonga a vida útil dos ativos, além de otimizar o consumo de energia elétrica. A ausência de manutenção adequada desses sistemas compromete a biossegurança do ambiente assistencial, caracterizando risco sanitário relevante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

2.5. A análise da qualidade do ar interior em ambientes fechados, o mesmo está diretamente relacionado com a saúde dos ocupantes do espaço, além de ser uma questão abordada pela Lei Federal acima, que determina os parâmetros de qualidade do ar a serem seguidos pelo PMOC dos aparelhos de climatização e refrigeração. Nesse sentido a qualidade do ar interior (QAI) refere-se à condição do ar dentro de edifícios e outros ambientes fechados, em relação à saúde, ao conforto e ao bem-estar das pessoas que os ocupam. Esse conceito engloba a presença (ou ausência) de agentes contaminantes, como poluentes químicos, partículas em suspensão, micro-organismos e outros fatores que podem afetar negativamente a saúde ou o conforto dos ocupantes. Melhorar a qualidade do ar interior envolve práticas como manutenção adequada dos sistemas de ar-condicionado, uso de purificadores de ar, controle de fontes de poluição interna e aumento da ventilação natural. Por isso, recomenda-se a emissão de uma análise técnica de qualidade do ar a cada seis meses para assegurar a boa qualidade do ar interior nos ambientes.

2.6. A execução regular e sistemática das atividades de manutenção assegura que os fluidos refrigerantes sejam manuseados de forma ambientalmente adequada, evitando liberações indevidas na atmosfera, bem como garante que os sistemas de drenagem dos aparelhos de ar-condicionado não se tornem focos de proliferação de vetores e microrganismos patogênicos, como o *Aedes aegypti*. Tal controle está em consonância com as diretrizes de vigilância ambiental e sanitária, atendendo às exigências normativas e às políticas públicas de saúde do Município de Petrolândia/PE, sendo a sua inobservância passível de enquadramento como não conformidade sanitária.

2.7. Diante do exposto, a abertura de processo administrativo para contratação e execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e de controle operacional, conforme estabelecido no PMOC, é essencial, necessária e juridicamente obrigatória para assegurar o pleno funcionamento dos sistemas de climatização e equipamentos associados nas unidades de saúde atendidas. Tal providência visa garantir a continuidade dos serviços assistenciais, a proteção da saúde dos pacientes, profissionais e usuários, bem como o atendimento às normas sanitárias vigentes. O não cumprimento das ações previstas no PMOC caracteriza infração sanitária, sujeitando a administração e os responsáveis técnicos às penalidades legais aplicáveis, além de expor a coletividade a riscos evitáveis à saúde pública

3. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

3.1 A presente contratação encontra amparo na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, especialmente nos dispositivos que tratam da contratação de serviços comuns, da necessidade de planejamento da contratação e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.



3.2. As Normas Técnicas e Específicas do Objeto, observam aos seguintes dispositivos:

- a) **Lei Federal nº 13.589/2018:** Dispõe sobre a obrigatoriedade da execução de Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) de sistemas de climatização.
- b) **Portaria MS nº 3.523/1998 (Ministério da Saúde):** Estabelece o regulamento técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de limpeza e manutenção de sistemas de climatização.
- c) **Norma Técnica ABNT, NBR-17.037/2023:** Qualidade do Ar Interior em ambientes não residenciais climatizados artificialmente. Orientações técnicas sobre padrões referenciais de qualidade do ar interior em ambientes climatizados.
- d) **Lei Federal nº 5.194/1966:** Regula o exercício das profissões de Engenheiro e Agrônomo (atribuições para responsabilidade técnica).
- e) **Normas Brasileiras da ABNT:** Notadamente a NBR 13.971 (Sistemas de refrigeração e climatização – Manutenção e instalação) e NBR 14.679 (Execução de serviços de higienização de sistemas de ar condicionado).

3.3. Devem ser observadas as seguintes Normas de Segurança e Trabalho:

- a) Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NRs):
 - **NR-10:** Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
 - **NR-35:** Trabalho em altura (essencial para manutenção de condensadoras externas e sistemas de exaustão).

4. DETALHAMENTO, ESPECIFICAÇÕES E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

4.1. DETALHAMENTO E ESPECIFICAÇÕES:

PLANILHA ESPECIFICAÇÃO					
LOTE I - Plano de Operação, Manutenção e Controle (PMOC)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Elaboração do Plano de Manutenção, denominado PMOC (Plano de Operação, Manutenção e Controle) com emissão de ART, para sistemas de climatização artificial, conforme exigências da Portaria MS nº 3.523/1998, da Lei Federal nº 13.589/2018 e da ABNT NBR 17.037/2023, abrangendo todos os aparelhos de ar-condicionado que estão instalados nas dependências climatizadas dos prédios da Prefeitura Municipal de Petrolândia.	SERV	8	R\$ 2.632,43	R\$ 21.059,44
VALOR GLOBAL DO LOTE					R\$ 21.059,44



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000
FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

PLANILHA ESPECIFICAÇÃO					
LOTE II - Análise de Qualidade do ar interior (QAI)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Serviço de execução da ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR INTERIOR (QAI) , a serem realizadas semestralmente dentro de prédios e outros ambientes fechados e por profissionais habilitados, credenciados a laboratórios certificados pelos órgãos, conforme exigências legais e normativas vigentes.	SERV	265	R\$ 2.200,00	R\$ 583.000,00
VALOR GLOBAL DO LOTE					R\$ 583.000,00

PLANILHA ESPECIFICAÇÃO					
LOTE III - Manutenção de Ar Condicionado					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado split Hi Wall, com capacidade de 7.000 a 18.000 BTU's. Incluso kit de instalação: mínimo de 3 metros de tubulação de cobre; porca latão forjada reforçada; isolamento térmico – isoduto, fita pvc; cabo PP; mangueira de dreno; par de suporte de PVC e kit de amortecedores para condensadora; e kit de parafusos, arruelas, porcas e bucha), em conformidade com as orientações do fabricante, como também toda mão de obra e equipamentos necessários, pela contratada. Com garantia de até 90 (noventa) dias do serviço executado.	SERV	662	R\$ 470,73	R\$ 311.623,26
2	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado split Hi Wall, com capacidade de 22.000 a 36.000 BTU's. Incluso kit de instalação: mínimo de 3 metros de tubulação de cobre; porca latão forjada reforçada; isolamento térmico – isoduto, fita pvc; cabo PP; mangueira de dreno; par de suporte de PVC e kit de amortecedores para condensadora; e kit de parafusos, arruelas, porcas e bucha), em conformidade com as orientações do fabricante, como também toda mão de obra e equipamentos necessários, pela contratada. Com garantia de até 90 (noventa) dias do serviço executado.	SERV	117	R\$ 572,26	R\$ 66.954,42
3	Serviço de desinstalação / retirada de ar condicionado split Hi Wall, com capacidade de 7.000 a 36.000 BTU's, com toda mão de obra e equipamentos necessários, pela contratada.	SERV	848	R\$ 196,31	R\$ 166.470,88
4	Serviço de manutenção preventiva (higienização de Ar-condicionado) - Mensal: higienização da unidade condensadora e evaporadora utilizando bolsa coletora e bomba de pressão com água e detergente adequado, reaperto de conexões e verificação de funcionamento eletroeletrônico das partes constantes deste equipamento e do quadro alimentador. Manutenção preventiva com limpeza dos filtros, carenagens, serpentinas, bandejas, sistema de dreno, turbina e verificação de todos os componentes mecânicos e elétricos que compõe o aparelho com retirada da carenagem. Verificar e Reapertar conexões e dispositivos. Verificação de funcionamento eletroeletrônico das partes constantes deste equipamento e do quadro alimentador, equipamentos split Hi Wall, de capacidade de 7.000 a 36.000 BTU's. Com toda mão de obra e equipamentos necessários, pela contratada.	SERV	848	R\$ 189,84	R\$ 160.984,32



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000
FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

5	Serviço de Manutenção Preventiva e Higienização dos Aparelhos – Semestral: este serviço inclui a lavagem das unidades condensadoras e evaporadoras com o aparelho fora do local instalado, como também a higienização da unidade condensadora e evaporadora utilizando bomba de pressão com água e detergente adequado. Manutenção preventiva com limpeza dos filtros, carenagens, serpentinas, bandejas, sistema de dreno, turbina e verificação de todos os componentes mecânicos e elétricos que compõe o aparelho. Realizar testes de bancada; Reapertar de conexões e verificação geral de funcionamento eletroeletrônico das partes constantes dos equipamentos e do quadro alimentado; e Reaperto de conexões e verificação de funcionamento eletroeletrônico das partes constantes deste equipamento e do quadro alimentador, em equipamentos split Hi Wall, com capacidade de 7.000 a 36.000 BTU's. Com toda mão de obra e equipamentos necessários, pela contratada. Atender a chamados de manutenção corretiva (até no máximo 24 horas após chamado). Com garantia de até 90 (noventa) dias do serviço executado.	SERV	848	R\$ 258,62	R\$ 219.309,76
6	Serviços de manutenção corretiva, em equipamentos de climatização (ar-condicionado split e ventiladores), refrigeração (freezers, geladeira e bebedouro) e afins. Com toda mão de obra e equipamentos necessários, pela contratada. Atender a chamados de emergência (até no máximo 24 horas após chamado) - Com garantia de até 90 (noventa) dias do serviço executado.	SERV	848	R\$ 216,10	R\$ 183.252,80
VALOR GLOBAL DO LOTE					R\$ 1.108.595,44

PLANILHA ESPECIFICAÇÃO					
LOTE VI - Equipamentos, Peças, Insumos/Suprimentos e Componentes Elétricos					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Bateria estacionária de 12w – 150ª, para câmara fria	UND	2	R\$ 852,73	R\$ 1.705,46
2	Botão pino oscilador para ventilador	UND	20	R\$ 18,57	R\$ 371,40
3	Bobina para ventilador	UND	30	R\$ 39,50	R\$ 1.185,00
4	Caixa de engrenagem para ventilador	UND	40	R\$ 18,58	R\$ 743,20
5	Chave seletora para ventilador	UND	35	R\$ 23,69	R\$ 829,15
6	Capacitor de 1,5µF - 2,0µF, 3,0µF, 3,5µF, 4,0µF, 4,5 µF, 5,0µF, 5,5 µF para ventilador	UND	100	R\$ 24,22	R\$ 2.422,00
7	Capacitor de 6,0µF a 25 0µF para ar condicionado	UND	50	R\$ 23,10	R\$ 1.155,00
8	Capacitor de 30,0µF a 70,0µF para ar condicionado	UND	50	R\$ 28,12	R\$ 1.406,00
9	Cabo elétrico flexível 5 x 1,5mm².	MT	100	R\$ 6,64	R\$ 664,00
10	Cabo elétrico flexível 5 x 2,5mm².	MT	50	R\$ 10,71	R\$ 535,50
11	Cabo alimentação rabixo para ar condicionado – 1m	UND	50	R\$ 10,75	R\$ 537,50
12	Carga de gás (R-22) conforme especificações técnicas recomendadas pelo fabricante em ar condicionado.	UND	100	R\$ 91,25	R\$ 9.125,00
13	Carga de gás (R-32) conforme especificações técnicas recomendadas pelo fabricante em ar condicionado.	UND	80	R\$ 93,36	R\$ 7.468,80
14	Carga de gás (R-134) conforme especificações técnicas recomendadas pelo fabricante em refrigeradores e freezer.	UND	28	R\$ 286,72	R\$ 8.028,16
15	Carga de gás (R-410) conforme especificações técnicas recomendadas pelo fabricante em ar condicionado.	UND	70	R\$ 291,03	R\$ 20.372,10
16	Gás (R-141b) conforme especificações técnicas recomendadas para limpeza de sistema.	UND	100	R\$ 145,88	R\$ 14.588,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000
FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

17	Controle Remoto, tipo sem fio, aplicação aparelho de ar-condicionado, características adicionais: Universal.	UND	50	R\$ 30,88	R\$ 1.544,00
18	Compressor de rotação constante de ar condicionado 7.000 Btu's	UND	10	R\$ 806,51	R\$ 8.065,10
19	Compressor de rotação constante de ar condicionado 9.000 Btu's	UND	10	R\$ 907,91	R\$ 9.079,10
20	Compressor de rotação constante de ar condicionado 12.000 Btu's	UND	10	R\$ 986,38	R\$ 9.863,80
21	Compressor de rotação constante de ar condicionado 18.000 Btu's	UND	10	R\$ 1.319,33	R\$ 13.193,30
22	Compressor de rotação constante de ar condicionado 22.000 Btu's	UND	5	R\$ 1.400,82	R\$ 7.004,10
23	Compressor de rotação constante de ar condicionado 24.000 Btu's	UND	5	R\$ 1.729,90	R\$ 8.649,50
24	Compressor de rotação constante de ar condicionado 30.000 Btu's	UND	3	R\$ 1.828,69	R\$ 5.486,07
25	Compressor de rotação constante de ar condicionado 36.000 Btu's	UND	3	R\$ 2.169,85	R\$ 6.509,55
26	Compressor rotativo de bebedouro	UND	10	R\$ 514,88	R\$ 5.148,80
27	Compressor rotativo de refrigerador/geladeira	UND	10	R\$ 448,19	R\$ 4.481,90
28	Compressor rotativo de freezer	UND	5	R\$ 553,84	R\$ 2.769,20
29	Condensador refrigerador/geladeira e bebedouro	UND	5	R\$ 476,13	R\$ 2.380,65
30	Cooler da câmara fria	UND	2	R\$ 159,50	R\$ 319,00
31	Display do painel frontal universal de split	UND	10	R\$ 94,68	R\$ 946,80
32	Fita pvc sem adesivo rolo com 10 metros	UND	150	R\$ 3,20	R\$ 480,00
33	Fita pp aluminizada 45 mm x 45m.	UND	100	R\$ 5,77	R\$ 577,00
34	Filtro de ar split	UND	100	R\$ 3,66	R\$ 366,00
35	Hélice do Condensador Split de 7.000 a 12.000 BTU'S	UND	10	R\$ 72,00	R\$ 720,00
36	Hélice do Condensador Split de 18.000 a 22.000 BTU'S	UND	10	R\$ 75,00	R\$ 750,00
37	Hélice do Condensador Split de 24.000 a 36.000 BTU'S	UND	8	R\$ 78,01	R\$ 624,08
38	Hélice da turbina da evaporadora	UND	8	R\$ 34,21	R\$ 273,68
39	Hélice de 3 pás para ventilador	UND	10	R\$ 65,00	R\$ 650,00
40	Hélice de 6 pás para ventilador	UND	10	R\$ 147,50	R\$ 1.475,00
41	Kit mancal, com eixo para ventilador	KIT	15	R\$ 38,14	R\$ 572,10
42	Lâmpada de 15w para geladeira	UND	30	R\$ 9,28	R\$ 278,40
43	Mangueira de pvc "cristal" flexível 1/2 x 2mm.	MT	100	R\$ 3,37	R\$ 337,00
44	Motor ventilador para Ar-condicionado split de 7.000 à 12.000 Btus - para condensadora.	UND	15	R\$ 50,60	R\$ 759,00
45	Motor ventilador para Ar-condicionado split de 18.000 à 24.000 Btus - para condensadora	UND	15	R\$ 52,65	R\$ 789,75
46	Motor ventilador para Ar-condicionado split de 30.000 à 36.000 Btus - para condensadora.	UND	10	R\$ 73,47	R\$ 734,70
47	Motor ventilador para Ar-condicionado split de 7.000 à 12.000 Btus - para evaporadora.	UND	15	R\$ 60,53	R\$ 907,95
48	Motor ventilador para Ar-condicionado split de 18.000 à 24.000 Btus para evaporadora.	UND	10	R\$ 52,09	R\$ 520,90
49	Motor ventilador para Ar-condicionado split de 30.000 à 36.000 Btus para evaporadora.	UND	10	R\$ 177,11	R\$ 1.771,10
50	Motor ventilador para freezer	UND	10	R\$ 136,24	R\$ 1.362,40
51	Motor ventilador para geladeira	UND	10	R\$ 200,07	R\$ 2.000,70
52	Motor ventilador para câmara fria	UND	2	R\$ 490,25	R\$ 980,50
53	Motor completo para ventilador de parede e de coluna	UND	10	R\$ 84,82	R\$ 848,20
54	Nitrogênio para teste de estanqueidade	LITRO	60	R\$ 64,50	R\$ 3.870,00
55	Óleo do compressor em split	LITRO	10	R\$ 57,42	R\$ 574,20
56	Placa eletrônica para refrigerador	UND	30	R\$ 194,89	R\$ 5.846,70
57	Placa eletrônica universal para Ar-condicionado split de 7.000 à 12.000 Btus.	UND	50	R\$ 130,34	R\$ 6.517,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000
FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

58	Placa eletrônica universal para Ar-condicionado split de 18.000 à 36.000 Btus.	UND	35	R\$ 159,16	R\$ 5.570,60
59	Porca ¼ latão forjada	UND	50	R\$ 4,33	R\$ 216,50
60	Porca 3/8 latão forjada	UND	50	R\$ 6,02	R\$ 301,00
61	Porca 5/8 latão forjada	UND	50	R\$ 7,49	R\$ 374,50
62	Porca 1/2 latão forjada	UND	50	R\$ 4,92	R\$ 246,00
63	Porca 3/4 latão forjada	UND	50	R\$ 6,21	R\$ 310,50
64	Protetor térmico para equipamentos de refrigeração	UND	35	R\$ 64,51	R\$ 2.257,85
65	Relê de compressor para equipamentos de refrigeração	UND	30	R\$ 56,92	R\$ 1.707,60
66	Sensor de temperatura ambiente e degelo 5 k e 10 k.	UND	30	R\$ 25,88	R\$ 776,40
67	Suporte de polipropileno / nylon para condensadora de 7.000 até 12.000 btus.	UND	70	R\$ 34,91	R\$ 2.443,70
68	Suporte de polipropileno / nylon para condensadora 18.000 até 36.000 btus.	UND	30	R\$ 72,80	R\$ 2.184,00
69	Tampa fuga para sistema de refrigeração	UND	20	R\$ 152,85	R\$ 3.057,00
70	Termostato universal para freezer, especificação: com termostato com dupla ação, com regulagem para resfriado ou congelado, possuindo chave seletora que pode girar para escolher a temperatura. Compatível com diversos modelos de freezers	UND	10	R\$ 109,22	R\$ 1.092,20
71	Tubo de cobre flexível 1/4.	MT	100	R\$ 33,39	R\$ 3.339,00
72	Tubo de cobre flexível 5/16.	MT	70	R\$ 31,03	R\$ 2.172,10
73	Tubo de cobre flexível 3/8.	MT	70	R\$ 25,95	R\$ 1.816,50
74	Tubo de cobre flexível 1/2.	MT	100	R\$ 24,21	R\$ 2.421,00
75	Tubo de cobre flexível 5/8.	MT	60	R\$ 31,88	R\$ 1.912,80
76	Tubo de cobre flexível 3/4.	MT	60	R\$ 23,42	R\$ 1.405,20
77	Tubo isolante polietileno blindado inverter branco 1/4 6mm barra de 02 metros.	UND	100	R\$ 4,32	R\$ 432,00
78	Tubo isolante polietileno blindado inverter branco 5/16 6mm barra de 02 metros.	UND	100	R\$ 5,69	R\$ 569,00
79	Tubo isolante polietileno blindado inverter branco 5/8 15mm barra de 2 metros.	UND	100	R\$ 5,70	R\$ 570,00
80	Tubo isolante polietileno blindado inverter branco 3/8 10mm barra de 2 metros.	UND	100	R\$ 3,94	R\$ 394,00
81	Tubo isolante polietileno blindado inverter branco 1/2 12mm barra de 2 metros.	UND	100	R\$ 1,98	R\$ 198,00
82	Tubo isolante polietileno blindado inverter branco 3/4 18mm barra de 2 metros.	UND	100	R\$ 4,97	R\$ 497,00
83	Torneira de saída d'água para bebedouro	UND	20	R\$ 16,97	R\$ 339,40
84	Unidade Condensador (serpentina) para Ar-condicionado split de 7.000 à 12.000 Btus.	UND	10	R\$ 540,70	R\$ 5.407,00
85	Unidade Condensador (serpentina) para Ar-condicionado split de 18.000 à 36.000 Btus.	UND	8	R\$ 620,75	R\$ 4.966,00
86	Unidade Evaporadora (serpentina) para Ar-condicionado split de 7.000 à 12.000 Btus.	UND	10	R\$ 802,85	R\$ 8.028,50
87	Unidade Evaporadora (serpentina) para Ar-condicionado split de 18.000 à 36.000 Btus.	UND	8	R\$ 760,02	R\$ 6.080,16
88	Válvula de serviço 1/4 para ar condicionado split.	UND	10	R\$ 41,39	R\$ 413,90
89	Válvula de serviço 3/8 para ar condicionado split.	UND	10	R\$ 43,34	R\$ 433,40
90	Válvula de serviço 5/16 para ar condicionado split.	UND	10	R\$ 70,45	R\$ 704,50
91	Válvula de serviço 1/2 para ar condicionado split.	UND	10	R\$ 40,54	R\$ 405,40
92	Válvula de serviço 5/8 para ar condicionado split.	UND	10	R\$ 54,74	R\$ 547,40
93	Válvula de serviço 3/4 para ar condicionado split.	UND	10	R\$ 89,96	R\$ 899,60
94	Válvula Schrader 1/4 para refrigerador, freezer e bebedouro	UND	20	R\$ 4,66	R\$ 93,20
VALOR GLOBAL DO LOTE					R\$ 255.746,41



Valor estimado da contratação **R\$ 1.968.401,29** (Um milhão, novecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e um reais e vinte e nove centavos).

4.1.1 Características da Manutenção Preventiva:

- a) Consiste em intervenções programadas para reduzir a probabilidade de falhas, conservando o rendimento e a vida útil dos equipamentos.
- b) Inclui: limpeza de filtros, higienização de serpentinas, verificação de carga de gás, teste de componentes elétricos, lubrificação de motores e conferência de vedação.
- c) Deverá ser executada conforme o cronograma do PMOC, com periodicidade mínima mensal ou trimestral, conforme a carga térmica e criticidade do local.

4.1.2 Características da Manutenção Corretiva:

- a) Consiste em intervenções não programadas para reparo de defeitos e substituição de peças, visando o retorno imediato do equipamento à operação.
- b) Os serviços corretivos serão realizados sob demanda, mediante chamado da Secretaria, devendo a empresa realizar o diagnóstico escrito e fotográfico assinado e apresentar o orçamento de peças em **até 48 horas**. Toda atividade corretiva deve ser demonstrada em relatório técnico com imagens do antes e depois do serviço realizado.

4.1.3 Do PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle):

- a) A Contratada deverá realizar a visita técnica in loco nas unidades, para realização do PMOC para todos os sistemas de climatização, conforme normas vigentes, entregar os PMOC impressos nas unidades correspondentes e passar as instruções técnicas sempre que solicitado.

4.1.4 Especificações dos Grupos de Equipamentos:

Grupo	Descrição Técnica	Abrangência de Serviços
I - Climatização	Condicionadores de Ar (Split, Janela) e ventiladores.	Limpeza, carga de gás, troca de compressores, capacitores e placas.
II - Refrigeração	Geladeiras, Freezers, Bebedouros e Câmaras Frias.	Calibração de termostatos, troca de borrachas de vedação e sistemas de degelo.

4.1.5 Das Peças e Componentes:

- a) Todas as peças aplicadas deverão ser novas e originais do fabricante. Caso a fabricação do equipamento tenha sido descontinuada, serão aceitas peças compatíveis, desde que mantenham as características técnicas de desempenho e segurança.



b) A Contratada será responsável pela destinação final ambientalmente adequada de peças substituídas e fluidos refrigerantes, conforme legislação ambiental vigente.

4.2 Local e Horário da Prestação dos Serviços

4.2.1 Os serviços serão prestados em todas as Unidades da Prefeitura Municipal de Petrolândia, localizados na Zona Urbano e Rural do Município.

4.2.2 O horário para prestação dos serviços deverá ser previamente acordado com o fiscal do contrato e o CONTRATADO.

4.3 Orientações Técnicas

4.3.1 O edital pode ser aberto para as empresas que possuem registro no CFT (Conselho Federal dos Técnicos).

4.3.2 - Segundo normais e exigências do PMOC, será necessário as seguintes exigências:

4.3.2.1 - Programação das atividades de manutenção previstas para serem executadas.

4.3.2.2 - Nos relatórios de manutenção deve haver campo para observação, com descrição e imagens referente a anomalias e inconformidades encontradas nos aparelhos durante as atividades de manutenção preventiva, para que assim, conforme demanda, as manutenções corretivas sejam executadas de forma planejada.

4.3.2.3 - Produzir e enviar o Relatório Técnico de manutenção com imagens do antes e depois das manutenções e descrições das atividades realizadas com observações pertinentes relacionadas a cada aparelho devidamente assinado pelo técnico executor e direção ou chefia da unidade aonde o equipamento está instalado.

4.4 - Prazos e Condições de Execução

4.4.1 - A ordem de serviço será encaminhada por mensagem eletrônica (e-mail) ou outro meio disponibilizado pela contratante.

4.4.2 - A partir do recebimento da Ordem de Serviço, a contratada terá os prazos para iniciar e concluir os serviços dependendo do grau de priorização da demanda.

4.4.3 - A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a) Prazo de início de execução após assinatura do contrato: **3 (três) dias úteis**.

b) Os Ares condicionados serão retirados pela contratada mediante cautela desses aparelhos pelo fiscal de contrato e entregues pela contratada após realização da manutenção, caso necessite.

c) Serão feitas as manutenções preventivas e corretivas dos aparelhos por demanda.

d) O pagamento das manutenções será realizado quando for entregue a nota fiscal da referida manutenção.

e) A empresa vencedora deverá, antes de realizar o serviço, entrar em contato com o setor solicitante.



f) O pagamento dos serviços será realizado à medida que forem executadas as manutenções até o final do crédito do empenho.

4.4.4 - Serão considerados como níveis de prioridade serviços:

- a) **Chamados EMERGENCIAIS:** Quaisquer serviços que possam colocar em risco a segurança ou a vida das pessoas ou edificações, devem comparecer ao local para atendimento do chamado em até **24 (vinte e quatro) horas** após emissão da OS.
- b) **Chamados PRIORITÁRIOS:** Contemplam demandas que envolvam paralisação total ou parcial dos aparelhos split, devem comparecer ao local para atendimento do chamado em até **48 (quarenta e oito) horas** após emissão da OS.
- c) **Chamados NORMAIS:** São aqueles que não afetam a funcionalidade normal do sistema de climatização, devem comparecer ao local para atendimento do chamado em até **3 (três) dias úteis** após emissão da OS.

4.4.5 - O prazo para conclusão dos chamados de qualquer um dos níveis de prioridade será de até 5 (cinco) dias úteis após o atendimento do chamado.

4.4.6 - Caso seja constatado durante o atendimento a impossibilidade da solução dos problemas, a contratada poderá justificar por escrito a necessidade de extensão do prazo.

4.4.7 - Dos requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

4.4.7.1 - Para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários dentre eles os de qualidade, contudo, sem restringir a competição tendo em vista que podem ser encontrados em diversos estabelecimentos.

4.4.7.2 - Nesse sentido, as condições de fornecimento a ser exigida consiste em garantir o fornecimento de produtos que sigam os diversos padrões de qualidade atestada.

4.5 Prestação do Serviço:

4.5.1 O quantitativo de rotinas de manutenção preventiva foi definida a partir de relatório de atividades, programação de atividades e orientações técnicas executado por profissional de empresa especializada, sendo também alinhado com a gestão das secretarias. Para tanto, foi definido que as manutenções serão realizadas baseadas na tabela a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000
FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES AGENDADAS			
1	Verificar se há obstruções para a correta passagem de ar no insuflamento.	M	MENSAL - MANUTENÇÃO NÍVEL 01
2	Verificar se há obstruções para a correta passagem de ar no retorno.	M	
3	Efetuar a limpeza da bandeja de drenagem.	M	
4	Verificar estado de conservação do filtro de ar.	M	
5	Higienizar o filtro de ar; substituir se necessário.	M	
6	Higienizar as tomadas de ar externo.	M	
7	Higienizar o moto-ventilador da condensadora, a sua saída de ar e carenagem.	M	
8	Higienizar o sistema de dreno, a turbina e a carenagem da evaporadora.	M	
9	Verificar se a água de condensação está sendo drenada livremente.	M	
10	Verificar/eliminar através de lixamento e pintura, eventuais focos de oxidação.	M	
11	Verificar se existe superaquecimento de cabos ou conectores.	M	
12	Efetuar reaperto dos conectores elétricos. Verificar o aterramento.	M	
13	Verificar a existência de vazamentos de gás e corrigi-los.	M	
14	Medir Tensão elétrica. R-S R-T S-T	M	
15	Medir Corrente elétrica. R S T	M	
16	Medir temperatura do ar. Ambiente Retorno Insuflamento	M	
17	Verificar, eliminar ou substituir conexões defeituosas.	M	
18	Limpar a unid. condensadora externamente; não é necessário aplicar detergente.	T	TRIMESTRAL - MANUTENÇÃO NÍVEL 02 Obs.: Deve ser aplicada somada a manutenção nível 01
19	Limpar a unid. evaporadora externamente; não é necessário aplicar detergente.	T	
20	Substituir os filtros de ar descartáveis.	T	
21	Higienizar grelhas de insuflamento e retorno.	T	
22	Lavar as unidades evaporadora e condensadora.	S	SEMESTRAL - MANUTENÇÃO NÍVEL 03 Obs.: Deve ser aplicada somada a manutenção nível 01 e 02
23	Vistoriar e corrigir se necessário, o isolamento das linhas frigorígenas.	S	
24	Medir pressões de funcionamento – Alta e Baixa	S	
25	Vistoriar os circuitos de todo o sistema.	S	



26	Lavar a serpentina da unidade evaporadora.	S	
27	Lavar as unidades evaporadora e condensadora.	S	
28	Vistoriar e corrigir se necessário, o isolamento das linhas frigorígenas.	S	
29	No compressor, verificar fixação, vibrações ou ruídos anormais.	S	
30	Verificar a existência de vazamentos de gás e corrigi-los.	S	
31	Análise da qualidade do ar.	S	
32	Verificar a isolação elétrica e a integridade física de mecanismos.	A	ANUAL - MANUTENÇÃO NÍVEL 04 Obs.: Deve ser aplicada somada a manutenção nível 03
33	Apertar parafusos e verificar o estado de conservação de mecanismos internos.	A	
34	Verificar o estado de conservação dos suportes metálicos da evaporadora.	A	
35	Verificar o estado de conservação dos suportes metálicos da condensadora.	A	
36	Verificar a isolação elétrica dos motores e compressores.	A	

4.6 Vistoria

4.6.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades por objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07h:30min às 13h:00min, mediante agendamento.

4.6.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6.3 Para vistoria, o representante legal da empresa e/ ou responsável técnico deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovado sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.4 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar **declaração formal** assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.6.5 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir o ônus dos serviços decorrentes.



4.7 Da Subcontratação

4.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.8. Da Garantia do Produto/Serviço

4.8.1 A garantia do produto ou serviço prestado será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, por analogia ao disposto no art. 18, da Lei 8.078/90. Caso o fabricante preveja garantia maior, prevalecerá.

4.8.2 O período de garantia terá seu início a partir do recebimento/finalização dos produtos e serviços, contado a partir da data do recebimento definitivo, ou do ateste/recebimento da Nota Fiscal.

4.8.3 Responsabilizar-se-á, a empresa vencedora, pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A Fundamentação da aquisição e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

6.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

a) Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

- b) Para os serviços de limpeza e manutenção preventiva e corretiva o contrato será feito na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- c) As limpezas e o serviço será prestado durante o horário comercial de segunda à sexta-feira.
- d) Para os serviços de manutenção corretiva eles serão prestados caso algum aparelho apresente problema no funcionamento.
- e) Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados nas unidades administrativas da prefeituras e suas secretarias vinculadas à **Prefeitura Municipal Petrolândia/PE**, compreendendo escolas, creches, centros educacionais, unidades básicas de saúde, prédios administrativos e demais instalações sob sua responsabilidade, localizados na Zona Urbana e Rural.
- f) Os serviços deverão ser realizados em horários compatíveis com o funcionamento das unidades, ou conforme orientação da Administração, de modo a **não comprometer o andamento das atividades administrativas**.

8 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

8.1 A entrega do objeto contratado deverá atender às seguintes condições, garantindo que os serviços sejam concluídos de forma satisfatória e conforme os padrões técnicos exigidos:

- a) Os serviços serão considerados entregues e concluídos quando todos os equipamentos tiverem sido instalados, reinstalados ou mantidos, em perfeitas condições de funcionamento;
- b) Cada serviço deverá ser entregue com teste funcional completo, garantindo o correto funcionamento do ar-condicionado, incluindo refrigeração adequada e ausência de vazamentos.
- c) O recebimento e aceitação do objeto deste Termo de Referência obedecerão no que couber ao disposto no art. 140 da Lei n. 14.133/2021.
- d) Eventuais inconformidades deverão ser sanadas pela contratada antes da aceitação final.
- e) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, conforme art. 140, § 2 da NLLC.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

Da Prestação do Serviço

8.2 Os locais das futuras e eventuais prestações dos serviços será nos endereços abaixo, na sede e zona rural do Município de Petrolândia/PE

ITEM	SETOR/SALA	PRÉDIO
1	Patrimônio	PREFEITURA
2	Divisão de Arquivos	
3	Recursos Humanos	
4	Copa	
5	Gab. Administração	
6	Infraestrutura	
7	Gab. Secretário de Infraestrutura	
8	Gab. Agricultura	
9	Meio Ambiente	
10	Transporte Escolar	
11	Incra/Dep. Combate à seca	
12	Dep. De Informática	
13	Protocolo	
14	Procuradoria Municipal	
15	Gab. Secretária de Desenvolvimento Econômico	
16	Sala do Empreendedor	
17	Gerência de Licitação	
18	Comissão de Licitação	
19	Secretaria de Comunicação Social	
20	Reforma Agrária	
21	Gab. Sec. De Planejamento Gestão	
22	Gab. Secretária de Assuntos Jurídicos	
23	Arrecadação de Tributos	
24	Tesouraria e Renda	
25	Auditoria Fiscal	
26	Dep. Contábil	
27	Dep. De Notas e Empenhos	
28	Gab. Sec. De Finanças	
29	Controle Interno	
30	Chefia do Gab. Do Prefeito	
31	Recepção	
32	Gab. Sec. De Governo	
33	Gabinete	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

34	HOMUPE - Administração	SECRETARIA DE SAÚDE
35	HOMUPE - Serviço Social	
36	HOMUPE - Fisioterapia	
37	HOMUPE - Farmácia Hospitalar	
38	HOMUPE - Rouparia	
39	HOMUPE - Transporte	
40	HOMUPE - PNI	
41	HOMUPE - Cozinha	
42	HOMUPE - Bloco F	
43	HOMUPE - Bloco E	
44	HOMUPE - CME	
45	HOMUPE - Pré-Parto	
46	HOMUPE - Bloco A	
47	HOMUPE - Laboratório	
48	HOMUPE - Banco de Sangue	
49	HOMUPE - Farmácia Básica	
50	HOMUPE - Centro Cirúrgico	
51	HOMUPE - Psiquiatria	
52	HOMUPE - Conforto Serviço Gerais	
53	HOMUPE - Pronto Socorro	
54	SECRETARIA DE SAÚDE - Sala do SUS	
55	SECRETARIA DE SAÚDE - Saúde da Mulher	
56	SECRETARIA DE SAÚDE - Melhor Casa EMAD	
57	SECRETARIA DE SAÚDE - TFD	
58	SECRETARIA DE SAÚDE - Regulação (UPAE)	
59	SECRETARIA DE SAÚDE - Insumos	
60	SECRETARIA DE SAÚDE - ATAN	
61	SECRETARIA DE SAÚDE - Manutenção	
62	SECRETARIA DE SAÚDE - Atenção Básica	
63	SECRETARIA DE SAÚDE - Sec. Executiva	
64	SECRETARIA DE SAÚDE - Administração	
65	SECRETARIA DE SAÚDE - Gab. Sec. De Saúde	
66	SECRETARIA DE SAÚDE - Endemias	
67	SECRETARIA DE SAÚDE - Central de Marcação	
68	SECRETARIA DE SAÚDE - Vigilância Sanitária	
69	SECRETARIA DE SAÚDE - Ent. De Exames	
70	SECRETARIA DE SAÚDE - Sala de Reunião	
71	PSF SANTA INÊS 2 - Sala de Consulta Médica	
72	PSF SANTA INÊS 2 - Sala de Enfermagem	
73	PSF SANTA INÊS 2 - Sala de Vacinação	
74	PSF SANTA INÊS 2 - Consultório de Dentista	
75	PSF SANTA INÊS 2 - Sala de Procedimento	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

76	PSF ANTÔNIO FIRMINO - Sala de Consulta Médica
77	PSF ANTÔNIO FIRMINO - Sala de Enfermagem
78	PSF ANTÔNIO FIRMINO - Sala de Vacinação
79	PSF ANTÔNIO FIRMINO - Consultório de Dentista
80	PSF ANTÔNIO FIRMINO - Sala de Procedimento
81	PSF DR JOSE FIRMINO - Sala de Consulta Médica
82	PSF DR JOSE FIRMINO - Consultório de Dentista
83	PSF DR JOSE FIRMINO - Sala de Enfermagem
84	PSF DR JOSE FIRMINO - Sala de Vacinação
85	PSF DR JOSE FIRMINO - Sala de Procedimento
86	PSF DR JOSE FIRMINO - Sala de Triagem
87	PSF DR JOSE FIRMINO - Sala de Reunião
88	PSF DR JOSE FIRMINO - Sala da Antiga Mãe Coruja
89	PSF APOLONIO SALES - Sala de Vacinação
90	PSF APOLONIO SALES - Sala Enfermeira
91	PSF APOLONIO SALES - Sala Dentista
92	PSF APOLONIO SALES - Sala Médica
93	PSF APOLONIO SALES - Sala Fisioterapia
94	PSF MANOEL VILARIM - Sala Vacinação
95	PSF MANOEL VILARIM - Sala Enfermeira
96	PSF MANOEL VILARIM - Sala Dentista
97	PSF MANOEL VILARIM - Sala Médica
98	PSF PEDRO ESPINDOLA - Sala de Vacinação
99	PSF PEDRO ESPINDOLA - Sala Enfermeira
100	PSF PEDRO ESPINDOLA - Sala Dentista
101	PSF PEDRO ESPINDOLA - Sala Médica
102	PSF PEDRO ESPINDOLA - Sala Procedimento
103	PSF PEDRO ESPINDOLA - Sala Eletocardiograma
104	PSF PEDRO ESPINDOLA - Sala de Reunião
105	PSF RENASCER - Sala Vacinação
106	PSF RENASCER - Sala Enfermeira
107	PSF RENASCER - Sala Dentista
108	PSF RENASCER - Sala Médica
109	PSF RENASCER - Sala Procedimento
110	PSF RENASCER - Sala de Curativo
111	PSF RENASCER - Sala de Reunião
112	PSF AGROVILA 04 BLOCO 04 - Sala Fisioterapia
113	PSF AGROVILA 04 BLOCO 04 - Sala Vacinação
114	PSF AGROVILA 04 BLOCO 04 - Sala Enfermeira
115	PSF AGROVILA 04 BLOCO 04 - Sala Dentista
116	PSF AGROVILA 04 BLOCO 04 - Sala Médica

SECRETARIA DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

117	POSTO ANEXO - Sala Médica	SECRETARIA DE SAÚDE
118	PSF FRANCISCO FERNANDES - Sala de Vacinação	
119	PSF FRANCISCO FERNANDES - Sala Enfermeira	
120	PSF FRANCISCO FERNANDES - Sala Dentista	
121	PSF FRANCISCO FERNANDES - Sala Fisioterapia	
122	PSF FRANCISCO FERNANDES - Sala Médica	
123	PSF OSMANDO - Sala de Vacinação	
124	PSF OSMANDO - Sala Enfermeira	
125	PSF OSMANDO - Sala Dentista	
126	PSF OSMANDO - Sala Médica	
127	PSF OSMANDO - Sala Triagem	
128	PSF OSMANDO - Sala Cons. Multiprofissionais	
129	PSF OSMANDO - Sala de Reunião	
130	PSF BARREIRAS - Sala de Vacinação	
131	PSF BARREIRAS - Sala Enfermeira	
132	PSF BARREIRAS - Sala Dentista	
133	PSF BARREIRAS - Sala Procedimento	
134	PSF BARREIRAS - Sala Triagem	
135	PSF SANTA INÊ 1 - Sala de Vacinação	
136	PSF SANTA INÊ 1 - Sala Enfermeira	
137	PSF SANTA INÊ 1 - Sala Médica	
138	PSF SANTA INÊ 1 - Sala Observação	
139	PSF SANTA INÊ 1 - Sala Procedimento	
140	PSF SANTA INÊ 1 - Sala Dentista	
141	PSF SANTA INÊ 1 - Sala de Reunião	
142	PSF IVALDO MARQUES - Sala de Vacinação	
143	PSF IVALDO MARQUES - Sala Enfermeira	
144	PSF IVALDO MARQUES - Sala Dentista	
145	PSF IVALDO MARQUES - Sala Médica	
146	PSF IVALDO MARQUES - Sala Procedimento	
147	PSF IVALDO MARQUES - Sala Reunião	
148	SAMU - Sala conforto feminino	
149	SAMU - Sala conforto masculino	
150	CAF - Sala Medicamento 1	
151	CAF - Sala Medicamento 2	
152	CAF - Sala Medicamento 3	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

153	CRAS - Coordenação	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
154	CRAS - Administrativo	
155	CRAS - Atendimento Técnico - Psicóloga	
156	CRAS - Atendimento Técnico - Assistente Social	
157	CRAS - Sala de Reunião	
158	CRAS - Sala de Reunião	
159	CRAS - Criança Feliz	
160	CASA DA JUVENTUDE - Coordenação	
161	CASA DA JUVENTUDE - Sala de Bateria	
162	CASA DA JUVENTUDE - Sala de Informática	
163	CADASTRO ÚNICO - Coordenação	
164	CADASTRO ÚNICO - Sala de Entrevista	
165	CADASTRO ÚNICO - Sala de Entrevista	
166	CADASTRO ÚNICO - Sala da Assistente Social	
167	CADASTRO ÚNICO - Sala do Arquivo	
168	CREAS - Sala das Técnicas	
169	CREAS - Sala Coordenação	
170	CREAS - Sala da Escuta	
171	SCFV - Coordenação	
172	SCFV - Sala de artes marciais	
173	SCFV - Sala de artes marciais	
174	SCFV - Sala de esportes	
175	SCFV - Sala de esportes	
176	SCFV - Sala de reunião	
177	SCFV - Sala de Violão	
178	SCFV - Sala de Violão	
179	SCFV - Sala de Ballet	
180	SCFV - Sala de Ballet	
181	SCFV - Sala de Artes	
182	SEDES - Coordenadoria da Mulher	
183	SEDES - Assessoria	
184	SEDES - Secretaria Executiva	
185	SEDES - Gab. Da Secretária	
186	CASA DO ACOLHIMENTO - Quarto	
187	CASA DO ACOLHIMENTO - Quarto	
188	CASA DO ACOLHIMENTO - Quarto	
189	CASA DO ACOLHIMENTO - Quarto	
190	PORTAL CIDADÃO - Sala 1	
191	PORTAL CIDADÃO - Sala 2	
192	Centro de Referência da Pessoa Idosa	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

193	Escola Municipal Elvira Pereira
194	Escola Mul Dr Trajano Pires da Nobrega
195	Escola Municipal Santa Inês
196	Escola Municipal 1 De Julho
197	Escola Municipal Macambira
198	Escola Municipal Pau Ferro
199	Escola Municipal Canafistula
200	Escola Municipal Caruá
201	Escola Municipal Jurema
202	Escola Municipal Costa e Silva
203	Escola Municipal Jose Araújo da Silva
204	Escola Municipal Chapada
205	Escola Municipal Santa Filomena Q D 12
206	Escola Municipal São Pedro
207	Escola Aroeira
208	Escola Municipal Elvira Pereira
209	Escola Municipal Aveloz
210	Escola Barauna
211	Escola Municipal Juá
212	Creche Municipal Criança Feliz
213	Escola Agropecuária Municipal Jose de Carvalho Alcântara
214	Escola Municipal Sandálias do Pescador
215	Escola Municipal 4 de Outubro
216	Escola Mun Monteiro Lobato
217	Escola Municipal Sete de Setembro
218	Escola Municipal Limão Bravo
219	Escola Municipal 1º de Maio
220	Escola Icó Mandantes
221	Escola Municipal Xique-Xique
222	Escola Municipal Quixabeira
223	Escola Mun Profª Mª de Lourdes da Silva
224	Escola Municipal Paulo Freire
225	Escola Municipal Angico
226	Escola Municipal Pedro Cavalcante da Silva
227	Escola Municipal Vinicius de Moraes
228	Escola Municipal Mandacaru
229	Escola Municipal Lino Manoel Viana
230	Esc Municipal Eudes Gustavo Ferraz de Sa
231	Escola Mul Ângela Maria Ferraz de Sa
232	Escola Mul Dr Francisco Simões de Lima

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

233	Centro Beethovem de Educação Especial	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
234	Escola Municipal 06 de Março	
235	Escola Municipal de Referência em Ensino Fundamental anos finais Joao Rodrigues de Almeida	
236	Creche Municipal Vice - Prefeito Raimundo Nunes da Costa	
237	Escola Municipal Centro de Convivência	
238	Escola Municipal Itamar Leite	
239	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - Recepção da Secretária	
240	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - Gab. Sec. De Educação	
241	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - Sala da Nutricionista	
242	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - Sala de Reunião	
243	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - Sala de Informática	
244	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - Sala de Setor Financeiro	
245	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - Sala de Orientação Pedagógica	
246	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - Sala de Normatização	
247	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - Sala de Digitalização	
248	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - Sala de Setor de Matrícula	
249	Depósito de Material	
250	Depósito da Merenda	
251	Sala de Comando	SECRETARIA DE SEGURANÇA CIDADÃ
252	Secretaria Administrativa	
253	Gab. Do Secretário	
254	Sala de Reunião	
255	Repouso Masculino	
256	Repouso Feminio	
257	Videomonitoramento	
258	Gab. Do Secretário	SECRETARIA DE SERV. URBANOS
259	Atendimento ao Público	
260	Antiga Secretaria Executiva	
261	MERCADO PÚBLICO - Sala de Direção	
262	Centro de Atendimento ao Turista (CAT)	SECRETARIA DE TURISMO
263	Sala da Sec Execultiva	SECRETARIA DE CULTURA
264	Gab. Sec. De Cultura	
265	Centro Cultural	



9 DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Critério de aferição e medição para faturamento

9.6 Trata-se de contratação de serviço de baixo vulto, não havendo risco ou complexidade que justifique a exigência do uso do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

9.7 A avaliação da execução do objeto será realizada diretamente pela fiscalização, mediante observância dos seguintes requisitos:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.8 Será indicada pela fiscalização ainda, proporcional à irregularidade verificada, as sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada

Fiscalização Administrativa

9.9 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.10 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

9.11 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

9.12 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

9.13 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

9.14 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

9.15 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

9.16 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

9.17 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento à contratada será efetuado com base nos serviços efetivamente prestados, mediante apresentação de nota fiscal/fatura e atestado de execução dos serviços emitido pelo fiscal designado pelas Secretarias.

10.2 Comprovação da execução: Para que o pagamento seja efetuado, deverão ser apresentados:

10.3 Ordem de serviço emitida pela Administração;

10.4 Relatório técnico detalhado de cada serviço, informando os procedimentos realizados, peças e materiais utilizados, medições de pressões e temperaturas e quantidade de gás refrigerante aplicada;

10.5 Atestado de conformidade/fiscalização emitido pelo servidor responsável, comprovando a entrega e funcionamento adequado do equipamento.

10.6 Condições de pagamento:

- a) O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal/fatura e atestado de execução dos serviços;
- b) Eventuais inconsistências ou inconformidades constatadas na execução dos serviços poderão suspender o pagamento até a devida correção pela contratada;
- c) Nenhum pagamento será realizado sem a conferência e aceitação formal do serviço pelo fiscal designado.



10.7 Penalidades e descontos:

a) Em caso de descumprimento contratual ou execução irregular dos serviços, a Administração poderá aplicar penalidades e efetuar descontos proporcionais no valor do pagamento, conforme cláusulas contratuais e legislação vigente.

10.8 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

10.9 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.11.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.12 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1 O fornecimento será selecionado por meio da realização de processo de **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, e adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

11.2 Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

11.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

11.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a eventual negativa de contratação.

11.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

11.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Forma de fornecimento

11.11 O fornecimento do objeto será parcelado.



Da Apresentação da Proposta.

11.12 O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

- a) Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
- b) Marca de cada item ofertado;
- c) Fabricante de cada item ofertado;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- e) Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- f) Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- g) Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- h) Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

Exigências de habilitação

11.13 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

11.14 Em se tratando Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.15 Microempreendedor Individual – MEI: Certificado De Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.16 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



11.17 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.18 CNPJ – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); A empresa deve ter no mínimo dois anos de inscrição junto a Receita Federal. Além disso, a data de inscrição da empresa será verificada junto ao cartão de CNPJ

11.19 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.20 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.21 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.22 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.23 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, está dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.24 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade contrata;

11.25 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.



Qualificação Econômico-Financeira

11.26 Certidão negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

11.27 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos** exercícios sociais, comprovando;

11.27.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.27.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.27.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.27.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.28 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

11.29 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.30 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

11.31 A empresa deverá apresentar Certidão de Registro da empresa e dos responsáveis técnicos, emitida pelo CREA/PE ou o CREA do local da sua sede. A Certidão deverá conter os dados cadastrais atualizados.

11.32 Comprovação da participante de possuir no seu quadro, na data da publicação do Edital, profissional(ais) de nível superior registrado(s) no CREA ou outra entidade competente, detentor(es) de atestado(s) ou certidão(ões) de responsabilidade técnica pela execução de obra



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

ou serviço de características semelhantes ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) relativo(s) aos serviços de engenharia emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, obrigatoriamente pelos contratantes titulares das obras, deverão estar acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de **Acervo Técnico** - CAT, expedido(s) pelo(o) CREA(S) da(s) região(ões) onde o(s) serviço(s) tenha(m) sido realizado(s). No(s) atestado(s) deverá (ão) estar contemplado(s) o seguinte serviço de característica semelhante ao do objeto licitado:

11.32.1 **Profissional Engenheiro Mecânico:** Com experiência em execução dos serviços descritos no termo.

11.32.2 **Profissional Engenheiro Eletricista:** Com experiência em execução dos serviços descritos no termo;

11.32.3 **Profissional Engenheiro Químico:** Com experiência em execução dos serviços descritos no termo;

11.32.4 A Certidão de Acervo Técnico (CAT) deverá referir-se à atividade técnica que faça parte das atribuições legais do profissional.

11.32.5 O(s) atestado(s) deverá (ão) conter, explicitamente, todos os dados necessários à comprovação das características dos serviços executados, além das datas de início e término dos serviços;

11.32.6 Os profissionais que apresentarem as comprovações da qualificação técnica deverão, obrigatoriamente, ser os responsáveis técnicos pela execução dos serviços deste certame. No caso de necessidade de substituição de algum responsável técnico ao longo do contrato, deverá ser efetuada a baixa ou substituição da respectiva ART (ou equivalente), conforme indicação do Conselho. O novo profissional deverá atender às exigências mínimas indicadas para habilitação conforme o Edital de Licitação, devendo ser submetidos à Fiscalização seus atestados e respectivas ARTs equivalentes.

11.32.7 A licitante deverá comprovar que o(s) profissional (ais) de nível superior detentor (es) dos atestados apresentados pertence ao seu quadro permanente de pessoal. A comprovação referida deverá ser feita.

11.32.8 Apresentar Cópia do Certificado de Responsabilidade Técnica válido, expedido pelo Conselho responsável ao qual se vincula o licitante do Estado em que se encontra estabelecido, indicando o Responsável Técnico, bem como a comprovação de **seu vínculo empregatício com a proponente** documento exigidos por legislação especial como condição para o desempenho de atividades abrangidas no objeto do contrato;

11.32.9 Poderá, ainda, comprovar o vínculo profissional através da apresentação do Contrato de Prestação de Serviços firmado com o profissional detentor da Certidão de Acervo Técnico (CAT) usada para a Comprovação de capacitação técnico-profissional.



11.32.10 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

11.32.11 Essa declaração poderá ser substituída por Declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

12 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.968.401,29** (Um milhão, novecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e um reais e vinte e nove centavos).

12.2 A estimativa do valor da contratação será realizada com base em **pesquisa de preços no mercado**, observando os critérios estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

12.3 Para a composição da estimativa, serão consideradas, a seguintes fonte de pesquisa:

- a) Painéis oficiais de preços da Administração Pública;
- b) Contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades públicas, em período recente;

12.4 A estimativa abrangerá todos os serviços previstos no objeto, incluindo:

- a) Instalação, desinstalação (remoção) e reinstalação de aparelhos de ar-condicionado tipo Split;
- b) Manutenção preventiva e corretiva;
- c) Fornecimento e reposição de peças;
- d) Mão de obra especializada;
- e) Materiais, ferramentas, equipamentos e demais insumos necessários à plena execução dos serviços.

12.5 Os valores estimados serão consolidados em **planilha de custos**, contendo a descrição dos serviços, unidades de medida, quantitativos estimados e preços unitários, resultando no valor global estimado da contratação.

12.6 Ressalta-se que o valor estimado possui caráter **referencial**, destinando-se ao planejamento da contratação e à definição da modalidade licitatória, podendo sofrer variações conforme os resultados do certame, observados os limites legais e orçamentários.



13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV).

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

13.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.2.4 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.2.5 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.2.6 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.2.7 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.2.8 Fraudar a licitação;

13.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.3 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

13.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.5 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.6 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.7 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

13.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).



13.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

São obrigações do Contratante:

14.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

14.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

14.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

14.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

14.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

14.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

14.7 Cientificar o órgão de representação judicial da **Prefeitura Municipal de Petrolândia** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

14.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.9 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

14.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

14.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

15.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Entregar o objeto conforme especificações contratadas;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.2 Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

15.3 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

15.4 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

15.5 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

15.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

15.7 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

15.8 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

15.9 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.10 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.11 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

15.12 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

15.13 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato;

15.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

15.15 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

15.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

15.17 Os valores referentes a aplicação da multa serão descontados no pagamento da fatura subsequente àquela que houve o atraso. O pagamento citado nesta cláusula deverá ser efetuado independente da liquidação do pagamento da fatura apresentada ao órgão CONTRATANTE, que deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias, nos termos da legislação vigente.

15.18 Envidar todos os esforços no sentido que os preços máximos a serem cobrados na rede credenciada, terão como limite o preço de mercado acrescido da taxa total do contrato vigente;

15.19 Encaminhar, via internet, pelo sistema do Município, as notas fiscais mensais, acompanhadas das devidas certidões de regularidade fiscal, de acordo com a ordem de fornecimento/serviço, podendo haver necessidade de separar por Secretaria, discriminando a parcela relativa ao fornecimento.

15.20 Encaminhar, juntamente com as notas fiscais/faturas, declaração, a partir do segundo mês de vigência do contrato, de que efetuou o pagamento às suas empresas credenciadas dos fornecimentos e objeto consumidos pelo órgão contratante no mês anterior, obrigação essa que deverá repetir-se nos meses subsequentes.

15.21 Levar, imediatamente, ao conhecimento do CONTRATANTE qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento do objeto;

15.22 Disponibilizar suporte técnico através de e-mail, telefone ou acesso remoto;

15.23 Guardar sigilo sobre informações da CONTRATANTE, excluindo-se aquelas que são obrigatórias, à luz da Lei da Transparência, constante do seu banco de dados, devendo mantê-las arquivadas e disponíveis a CONTRATANTE, após a extinção do contrato, por até 5 (cinco) anos.

15.24 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

15.25 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

15.26 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



15.27 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.28 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

16 DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO.

16.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

17 DO FORO:

17.1 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Petrolândia-PE, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Petrolândia/PE, 12 de Maio de 2026.

Filipe Wagner Carneiro da Cunha Rocha

Diretor Hospitalar

Portaria 286/2024